

## Educação e autonomia no Iluminismo

Alencar Buratto Zeni<sup>i</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre os ideais da tradição Iluminista, destacando em especial a idéia de autonomia e sua ligação com a educação. Para tanto, primeiramente buscar-se-á refletir sobre os aspectos gerais e históricos do Iluminismo. Posteriormente, procura-se entender a importância e aproximação do referido movimento e o pensamento de Immanuel Kant, no intuito de corroborar no entendimento acerca das questões que envolvem a educação e autonomia da razão humanas. Desse modo, ao abordar elementos fundamentais da filosofia prática de Kant e o contexto filosófico no qual o seu pensamento se desenvolveu, se possibilitara uma análise com o propósito de se pensar os conceitos de Heteronomia e Autonomia.

**Palavras-chave:** Filosofia, Educação, Iluminismo, Autonomia, Kant.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to reflect on the ideals of the Enlightenment tradition, highlighting in particular the idea of autonomy and its link with education. For this, first check will reflect on the general and historical aspects of the Enlightenment. Subsequently, it aims to understand the importance and closeness of that movement and the thought of Immanuel Kant, in order to support the understanding of the issues surrounding education and autonomy of human reason. Thus, in addressing key elements of Kant's practical philosophy and philosophical context in which his thinking evolved, is it possible to analyze the purpose of considering the concepts of autonomy and heteronomy.

**Keywords:** Philosophy, Kant, Education, Autonomy.

Historicamente, o conceito de autonomia tem sido construído no contexto de diferentes características culturais, econômicas e políticas que configuram o desenvolvimento das sociedades. Dentro de tal contexto cabe salientar o período conhecido como Iluminismo e sua relação com as questões da educação e da autonomia. Portanto, o objetivo principal, que aponta o norte da reflexão que aqui se apresenta esta diretamente ligado a entender os ideais da tradição Iluminista, destacando em especial a idéia de autonomia e sua ligação com a educação.

Desse modo, busca-se a aproximação do tema apontado, iniciando por observações de aspectos gerais e históricos do Iluminismo bem como, a importância e aproximação do referido movimento e o pensamento de Immanuel Kant, no intuito de

corroborar no entendimento acerca da educação e autonomia da razão humana. A premissa desta reflexão encontra-se na medida em que os problemas de autonomia, educação e liberdade fazem parte do ideário do Iluminismo, bem como da filosofia kantiana.

A busca de uma melhor visão sobre a relação do movimento iluminista e a idéia de autonomia e educação, em consonância ao fato da mesma exercer um papel fundamental na atual conjuntura parece ser de suma importância. Diante disso, é essencial pensar em princípios de raciocínio que nos permitam discutir os referenciais do conceito de autonomia e educação, o que pode levar a questionar como se pode ter uma verdadeira educação para o ser, e não meramente para um existir. Assim, com base nas ideias filosóficas da modernidade, a educação dessa época está vinculada a um ideal de sujeito unitário, moralmente autônomo, e aperfeiçoável com vistas à emancipação e à autonomia desse sujeito. No século XVIII, na educação, “fortalecia-se a idéia liberal e laica, em que se buscavam novos caminhos para a aprendizagem e a autonomia do educando” (ARANHA, 2006, p. 171). A partir de Kant (1724-1804), o conceito de autonomia, em seu âmbito moral, toma vulto e vai influenciar significativamente a educação escolar nos séculos seguintes.

O referencial teórico a ser utilizado está embasado em autores que nos permitam ter uma melhor visão do Iluminismo e sua ligação com a autonomia e a educação. Para realizar essa tarefa, conta-se com as idéias de autores como Ernst Cassirer, Franco Cambi, Tzvetan Todorov, como também Immanuel Kant.

## **ASPECTOS GERAIS E HISTÓRICOS DO ILUMINISMO**

Para melhor desenvolver o presente trabalho, e de certo modo, também melhor compreender a filosofia de Kant, procura-se apresentar o contexto histórico do Iluminismo, no qual o pensamento de kantiano se desenvolveu. Para Niskier, “o Século XVIII tornou-se, por excelência, o século dos filósofos, não porque tivessem uma doutrina explícita, mas porque se tratava de uma atitude e de um conteúdo de idéias” (2001, p 110). Além disso, procura-se refletir, sobre esse período, com relação à educação. Pois, conforme observa Cambi, no século XVIII, assiste-se a uma ampla potencialização do problema educativo que é posto cada vez mais no centro da vida social (1999, p. 326). Assim, acrescenta o

autor,

à educação é delegada a função de homologar classes e grupos sociais, de recuperar todos os cidadãos para a produtividade social, de construir em cada homem a consciência do cidadão, de promover uma emancipação (sobretudo intelectual) que tende a tornar-se universal (libertando os homens de preconceitos, tradições acríticas, fés impostas, crenças irracionais) (CAMBI, 1999, p. 326).

Alem do mais, segundo observa Cambi a escola contemporânea que com suas características públicas, estatais e civis, com sua estrutura sistemática, com seu diálogo com as ciências e os saberes em transformação, nasceu no século XVIII (1999, p. 328). De forma a envolver “aquela confiança na alfabetização e na difusão da cultura como processo de crescimento democrático coletivo que permaneceu durante muito tempo, até ontem (ou talvez, até hoje), como uma crença sem incertezas da sociedade contemporânea” (CAMBI, 1999, p. 328). Não obstante,

são os Iluministas, de fato, que delineiam uma renovação dos fins da educação, bem como dos métodos e depois das instituições, em primeiro lugar da escola, que deve reorganizar-se sobre bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno (mais livre, mais ativo, mais responsável na sociedade) e nutridos de “espírito burguês” (utilitário e científico) (CAMBI, 1999, p. 336).

O Iluminismo como movimento cultural filosófico, se desenvolveu no decorrer do século XVIII conhecido como Século das Luzes. É difícil caracterizar com precisão esse movimento, pois para a sua formação concorreram fatores culturais, sociais e locais, específicos aos diferentes países e pensadores, destacando-se nomes como o de Locke, Voltaire, Diderot, Rousseau e Kant.

Todorov, em seu escrito intitulado, *O espírito das luzes*, confirma a dificuldade de explicitar as linhas gerais do projeto das Luzes. Com efeito, afirma o autor,

as luzes são uma época de conclusão, de recapitulação, de síntese – e não de inovação radical. As grandes idéias das Luzes não tem origem no século XVIII; quando elas não vem da antiguidade, trazem os traços da Idade Média, do Renascimento e da época clássica. As luzes absorvem e articulam opiniões que, no passado, estavam em conflito, é por isso que os historiadores quase sempre observam que é preciso dissipar algumas imagens convencionais. As luzes são ao mesmo tempo racionalistas e empiristas, herdeiras tanto de Descartes como de Locke (TODOROV, 2008, p. 13).

Segundo Niskier (2001, p. 110), o debate sobre racionalismo e empirismo é o que caracteriza o Iluminismo. No racionalismo, o Iluminismo, encontrou seu método crítico e uma atitude demolidora da tradição, para alcançar a luz, a clareza e a distinção da razão. Já

o empirismo, proporcionou procedimentos simples para a construção da realidade mediante o mecanicismo e o associacionismo (Cf. NISKIER, 2001, p. 110).

Os iluministas têm confiança na razão e nisso são herdeiros de Descartes, Spinoza e Leibniz, mas, diversamente das concepções desses filósofos, a razão dos iluministas é aquela do empirista Locke (Cf. REALE, ANTISERI, 1990, p. 672). O pensamento de Locke, conforme esclarece Rovighi (1981, p. 306), foi o modelo ideal em que se inspirou todo o Iluminismo inglês e francês. Já, com Descartes, Galileu e Newton, tem-se a construção de uma nova ciência, surgindo um novo mundo em que a inteligência do homem pode atuar com liberdade e eficácia (Cf. TERMAS, 2000, p. 350).

O século XVIII é cartesiano e prossegue a grande revolução intelectual do mestre, extraindo as consequências dos princípios que este apresentou, não sem transformar, por vezes, o pensamento do filósofo, cujo conjunto não apreendia. Guarda-se de Descartes, principalmente, o que este tinha em comum com os mecanicistas do seu tempo. É corrente a afirmação de que o reinado de Descartes cessa por essa altura, substituído pelo de Locke e Newton (TERMAS, 2000, p. 350).

Argumento que também é observado por Niskier (2001, p. 110), onde afirma ser certamente através de Descartes que a *Ilustração* tomou gosto pelo raciocínio e pela evidência intelectual formando a dúvida metódica cartesiana atributo dos iluministas, sobretudo pela ousadia de poder exercer livremente a capacidade de julgamento de cada um. Conforme observa Mousnier,

como o século das luzes, o pensamento do filósofo se transforma, de maneira a começar a ser menos teólogo, menos erudito, e cada vez mais um homem íntegro que se mantém na corrente de avanço das ciências, toma parte em todas as disputas, se apaixona pelas questões da teoria política (Diderot, Montesquieu) e pela ação (Voltaire) e, sobre tudo, se converte em homem das letras, a filosofia que se segue, se expressa mediante contos, obras de teatro (Voltaire, Diderot, Lessing) e novelas (Rousseau) (MOUSNIER; LABROUSSE, 1995, p. 29).

Pois, “o espírito filosófico, nessa época, constitui-se em espírito de observação que procurava remeter tudo a seus princípios verdadeiros, tornar-se útil e transformar o homem de reflexão em cidadão atuante” (BELAVEL, 1985, p. 196). Para Todorov (2008, p. 14), o pensamento das Luzes foi conduzido por numerosos indivíduos que, longe de estarem de acordo entre si, estão constantemente engajados em ásperas discussões. Assim, a existência desses desacordos fez nascerem escolas de pensamento que se enfrentam ainda em nossos dias, de modo que, “as Luzes foram uma época mais de debate do que de consenso; de assustadora multiplicidade, aliás” (2008, p. 14).

Segundo Todorov (2008, p. 14), “três idéias se encontram na base desse projeto, as quais nutrem também suas inúmeras consequências: a autonomia, a finalidade humana de nossos atos e, enfim, a universalidade”. Ora, dessas ideias apresentadas, tratar-se-á, em especial da idéia de autonomia, que, juntamente com a educação, tomam parte da questão central a ser trabalhada. Pois, segundo Cambi, os Iluministas delineiam uma renovação dos fins da educação, como também dos métodos e das instituições (1999, p. 336). Assim, acrescenta Cambi (1999, p. 336), a escola deve reorganizar-se sobre bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno.

O Iluminismo, de modo sucinto, pode ser visto como um esforço consciente de valorização da razão, objetivando, na prática, a crença no progresso e a liberdade de pensar. “É justamente na Europa que no século XVIII que se acelera e se reforça esse movimento, é ali que se formula a grande síntese do pensamento que se difunde em seguida para todos os continentes”, declara Todorov (2008, p. 134). Além disso, a primeira autonomia conquistada é a do conhecimento, que só tem duas fontes, ou seja, a razão e a experiência, e ambas são acessíveis a todos (Cf. TODOROV, 2008, p. 16). “Os promotores desse novo pensamento queriam levar luzes a todos, pois estavam convencidos de que serviriam ao bem de todos: o conhecimento é libertador, eis o postulado” (TODOROV, 2008, p. 17).

Embora não constituindo o único movimento cultural da época, o iluminismo foi a filosofia hegemônica na Europa do século XVIII. Ele consistia em um articulado **movimento filosófico, pedagógico e político**, que conquistou progressivamente as camadas cultas e a ativa burguesia em ascensão nos vários países da Europa [...]. Inserindo-se em tradições diversas, o iluminismo configurou-se não tanto como um compacto sistema doutrinário, mas muito mais como um movimento em cuja base está a confiança na razão humana, cujo desenvolvimento representa o progresso da humanidade e a libertação em relação aos vínculos cegos e absurdos da tradição, da ignorância, da superstição, do mito e da opressão (REALE, 1990, p. 670) [grifo nosso].

Na visão de Todorov, todos os setores da sociedade tendem a se tornar laicos, ainda que os indivíduos permaneçam crentes, e entre esses setores sociais está a escola. Para o autor, “a escola destina-se a ser subtraída ao poder eclesiástico para se tornar um lugar de propagação das Luzes, aberta a todos, portanto gratuita, e ao mesmo tempo obrigatória” (TODOROV, 2008, p. 19).

Desse modo, e dado tão amplo escopo, não parece ser possível falar do Iluminismo como um todo, ou simplesmente como uma forma unificada. Pois, tal movimento

intelectual teve seus expoentes na Inglaterra, França, Itália e Alemanha, sonhando com um homem ideal e universal no qual a natureza e a razão fazem o melhor que com o homem se pode fazer (Cf. HIRSCHBERGER, 1968, p. 237). Com isso, pode-se dizer que tal definição caracteriza esse momento como era da razão e do progresso, assim como o começo de uma nova época na história da autonomia e da liberdade. Assim, “não existe um século que tenha sido tão profundamente penetrado e empolgado pela idéia de progresso intelectual quanto o Século das Luzes” (CASSIRER, 1992, p. 22).

Segundo Cambi (1999, p. 337), foi na França que o Iluminismo produziu as teorias pedagógicas mais inovadoras e mais orgânicas, exprimindo também as soluções mais radicais. Destaca também que:

Na fronteira mais radical colocam-se, porém, Rousseau e os materialistas, Rousseau será a voz alta, mais complexa e mais original de século e realizará uma das maiores lições teóricas da pedagogia moderna (e não só moderna), capaz de renovar *ab inis* toda a concepção pedagógica e a práxis em vigor até aquele momento (CAMBI, 1999, p. 338).

Porém não podemos deixar de destacar a figura de Voltaire ao qual, se deve a introdução do Iluminismo na França, com suas *Lettres sur les Anglais* (Cartas sobre os Ingleses) (Cf. NISKIER, 2001, p. 110). Segundo Niskier, é “graças a isso, a França foi atingida por uma verdadeira anglomania: pelo constitucionalismo inglês, pelo livre pensamento, pela ciência nova, defendidos por Locke e Newton” (2001, p. 110). Além disso, o autor não deixa de fazer uma referência quanto aos objetivos do Iluminismo Francês, mostrando que a “*Ilustração* ou *Século da Luzes*, tinha por objetivo iluminar com a razão o obscurantismo da tradição, para chegar as origens da tradição, ao homem no estado da natureza” (NISKIER, 2001, p. 110).

Por sua vez, na Alemanha, predomina durante muito tempo um fervor reformador, mas só no fim do século, em especial com Kant, é que se foram delineando modelos pedagógicos profundamente inovadores e de grande empenho filosófico (CAMBI, 1999, p. 338). E, não obstante, destaca Cambi, com Kant, o sujeito moral é que será posto no centro dessa renovação pedagógica, colhendo nele o fator-chave da humanidade e da sua educação (1999, p. 339). Já, na Itália, “são autores largamente difundidos na península e presentes nas páginas dos pedagogos iluminados como Locke, Rousseau e ainda Condillac, que constituem, ao mesmo tempo, os interlocutores críticos e os mestres dos teóricos italianos” (CAMBI, 1999, p. 340).

O Iluminismo surge como um movimento intelectual portador de uma visão unitária do mundo e do homem e com uma grande certeza quanto a racionalidade destes (FALCON, 1986, p. 56). Por conseguinte, observa Falcon (1986, p. 56), podem-se apresentar as suas principais linhas de força no pensamento crítico, no primado da razão, na antropologia e na pedagogia. Nessa perspectiva:

Não se verificaram reviravoltas bruscas, não houve datas sensacionais, mas vinha-se difundindo e consolidando um modo de pensar e avaliar que devia caracterizar todo o século das luzes. Estamos diante de uma lenta maturação e de uma gradual explicitação dos temas que o racionalismo do século XVII propusera a partir de instâncias diferentes, e emerge uma afirmação cada vez mais clara de confiança na razão em que tanto se insistira: uma razão que, com força crescente, era colocada como único juiz da existência humana, uma razão aceita em seus limites, capaz porém de excluir em cada momento tudo o que pudesse, de alguma maneira, transcendê-la ou sujeitá-la (ROVIGHI, 1981, p. 298).

Assim, “o Iluminismo insurgiu-se contra a hierarquia e o despotismo na Igreja, no Estado e na sociedade; contra a superstição, a ignorância no pensamento e a hipocrisia da moral” (NISKIER, 2001, p. 120). Segundo Niskier, seu princípio fundamental, era a completa confiança na razão humana, e ao optar pela liberdade de pensamento e, pela inteligência, assim como pela independência do homem, o Iluminismo recusava o absolutismo no pensamento e a tirania na ação, exercida pela Igreja e pela Monarquia (2001, p. 120).

O Iluminismo, que encontra, em Kant, um de seus apogeus, aproveita as contribuições do empirismo e do racionalismo, sendo herdeiro tanto de Descartes, quanto de Bacon. Pois, segundo Mousnier:

O século XVIII guardou, da herança de Descartes, a dúvida metódica e a recusa de acreditar. Conservou também, por outro lado, não só a vontade, uma vez na vida, na idade madura, de fazer tabula rasa, de duvidar de tudo a fim de atingir certas verdades incontestáveis, das quais se voltaria a partir, edificando um conjunto de conhecimentos certos, mas também uma tendência geral, um hábito, que é válido para todas as idades, de duvidar de todas as afirmações, de não se inclinar perante qualquer autoridade, seja ela qual for, de examinar tudo e aceitar apenas o que todos possam achar verdadeiro, depois de compreenderem perfeitamente. Este século encontrou-se, assim, num estado de permanente insurreição intelectual (MOUSNIER, 1995, p. 27).

Dentro dessa insurreição intelectual, conforme esclarece Abbagnano, “o empirismo é o ponto de partida e o pressuposto de muitos Deístas, é a filosofia defendida por Voltaire, Diderot, D'Alembert e que, através da obra de Wolff, domina os rumos do Iluminismo alemão até Kant” (1998, p. 326). Assim:

O movimento em direção à modernidade iniciado pela renascença foi significativamente acelerado pela Revolução Científica do século XVII. A Revolução Científica destruiu a cosmologia medieval e estabeleceu o método científico – a observação e experimentação rigorosa e sistemática – como meio essencial de desvendar os segredos da natureza. No Ocidente, um número crescente de pensadores sustentava que a natureza era um sistema mecânico, governado por leis que podiam ser expressas matematicamente. As novas descobertas acenderam a imaginação. A ciência substituiu a religião como rainha do conhecimento, e a razão, que na idade média estivera subordinada a religião, afirmou sua autonomia. A grande confiança na razão inspirada pela revolução científica contribuiu para o surgimento do Iluminismo, que rejeitou explicitamente as ideias e instituições do passado medieval e articulou as normas essenciais da modernidade (PERRY, 2002, p. 282).

Depois da Renascença e da Reforma o período, que se segue da história do pensamento moderno é representado pelo Empirismo e pelo Racionalismo, como tendências paralelas que avançam pelo século XVIII. E, conforme explica Padovani, vê-se que das duas correntes, o empirismo – de Bacon, Hobbes, Locke, Berkley, Hume – é propriamente inglês, enquanto o Racionalismo, ao contrário, é originalmente francês, pois, um francês é o seu fundador Descartes, seguido por Spinoza, Leibniz e Wolff (1977, p. 287). Assim,

as fontes principais do Iluminismo estão na filosofia do racionalismo e do empirismo, de modo que o racionalismo fornece ao iluminismo o método crítico, a atitude demolidora da tradição, para instaurar a luz, a evidência, a clareza e a distinção da razão e o empirismo contribui para tudo isto proporcionando um procedimento simples, a fim de reconstruir toda a realidade por elementos primitivos mediante o mecanismo e o associacionismo (PADOVANI, 1977, p. 337).

Para Villa, que ao fazer um esboço histórico do pensamento ocidental, acredita que o mesmo poderia ser dividido em quatro grandes ciclos. O primeiro ciclo “iria desde as origens até o Renascimento, a Reforma e a Ilustração, podendo ser considerado como um período *teocêntrico* no qual a harmonia absoluta se põe em Deus – que, aliás, é o único que dispõe de autonomia absoluta” (2000, p. 65). Como segundo momento, o autor destaca o período do Renascimento, da Reforma religiosa e da primeira Ilustração européia, salientando que, embora breve, foi intenso. Tal período é apresentado como um “tempo *antropoteocêntrico*, no qual desperta a autonomia do homem, ao mesmo tempo, se mantém Deus como elemento último dessa autonomia, momento muito rico que, por conseguinte, poder-se-ia designar como da autonomia *teônoma*” (VILLA, 2000, p. 65). Villa, apresenta como terceiro momento, o da Ilustração plena, que segundo ele, vai de 1789 (Revolução Francesa) a 1989 com o fato paradigmático da queda do muro de Berlim e cessação do

ímpeto revolucionário ilustrado, cujo paradigma é a filosofia moral de Kant, o qual põe a autonomia no homem, e isso de forma exclusivamente *antropocêntrica* (Cf. VILLA, 2000, p. 65). Assim, para Villa, a autonomia é definida como “capacidade de dar a si mesmo normas com vistas à práxis, e assumir a própria vida em função dessa posição” (2000, p. 65). Nesse sentido,

a afirmação do ser humano como autonomia absoluta, de raiz kantiana, entende o homem como capaz de dar a si mesmo as normas de conduta como um verdadeiro *legislador universal*, porque entende que não existe nada neste mundo que seja tão universal como a consciência livre e *autolegiferante*, isto é, que faz leis. A razão pura prática é fundamentalmente legisladora, isto é, *autônoma* (VILLA, 2000, p. 65).

A ilustração foi a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano (ROUANET, 1987, p. 27). Para Rouanet (1987, p. 35), o Iluminismo concorda com Kant em que é necessário *ousar saber*, e para isso propõe uma nova razão, e remover todas as tutelas, e assim propõe uma nova crítica, com efeito, o objetivo é o mesmo: assegurar em fim, o advento da autonomia. Sendo assim, Rouanet (1987, p. 33), ao definir a estrutura do Iluminismo destaca que, em especial ele mantém a fé na ciência, resgata o ideal do cosmopolitismo e luta pela liberdade. Além disso, advoga uma moral não-repressiva que favoreceu a plena liberação das paixões, mas não a funda numa razão letiferante, que descobre por atos individuais de intuição normas válidas para todos os homens, e sim **num processo consensual que permite o trânsito de uma normatividade heterônoma para uma normatividade autônoma** (Cf. ROUANET, 1987, p. 33) [grifo nosso]. Desse modo, poder-se-ia afirmar que dentro dos principais conceitos desta vertente filosófica que floresceu no Século XVIII, encontra-se o universalismo, o individualismo e a autonomia. Assim, segundo La Taille, o conceito de autonomia significa liberdade (direitos) e capacidades (poder efetivo de exercê-los) (1996, p. 154). Além do mais, pode-se dizer que o Iluminismo traz uma nova concepção de sujeito, pois, segundo Hall, “o sujeito do Iluminismo estava baseado na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (2006, p. 10).

## KANT E O ILUMINISMO

Como foi apresentado no início, Kant está inserido no contexto do Iluminismo,

fazendo a revisão crítica dos fundamentos do saber e do agir iluminista através da crítica da razão, dando início a uma pedagogia rigorista, destinada a formar um homem universal e racional, marcado pelo “caráter” e pelo domínio que nele exerce a racionalidade universal (CAMBI, 1999, p. 355). Logo, “Kant não só vem da ilustração, como também permanece em boa parte dentro dela” (COLOMER, 1993, p. 273). Além disso, até mesmo na obra, *Sobre a pedagogia*, Kant observa que a direção das escolas deveria depender da decisão de pessoas competentes e ilustradas (2002, p. 24). O pensamento filosófico de Immanuel Kant marca a divisão entre os dois períodos importantes da história da filosofia moderna, pois, a filosofia kantiana foi a última grande tentativa de resolver os problemas dos quais se ocuparam os filósofos nos séculos XVII e XVIII (WOOD, 2008, p. 17). Ou seja, na observação de Wood, isso consistiria em

providenciar uma fundamentação filosófica para a nova ciência, desenvolvendo a relação dessa nova visão sobre a natureza com a concepção tradicional da metafísica, da moralidade e da religião, bem como definindo os limites de nossas capacidades para conhecer a realidade natural e sobrenatural (2008, p. 17).

E isso marcou de tal modo que, “ao mesmo tempo, prospectivamente, Kant redefiniu a agenda filosófica do início da era moderna, determinando os problemas que os séculos XIX e XX tiveram de enfrentar” (WOOD, 2008, p. 170). A presença de Kant no ideário das luzes é atestada de forma inequívoca e precisa no famoso escrito de 1784 conhecido como *Que é o Iluminismo (Aufklärung)?*. Neste texto ou opúsculo, Kant pontua o papel fundamental do esclarecimento do homem. Assim, conforme observa Foucault, “[...] um periódico alemão *Berlinische Monatschrift*, em dezembro de 1784, publicou uma resposta a pergunta: *Was ist Aufklärung?*, e essa resposta era de Kant” (2006, p. 71). Neste escrito Kant, logo de início, trata de definir como compreende por Iluminismo:

Iluminismo [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung] (KANT, 2005, p. 63-64).

Para Colomer (1993, p. 273), “seria difícil encontrar uma definição mais exata do que significou o movimento ilustrado que no famoso artigo que o grande filósofo se dedicou em 1784”, mesmo porque, segundo Wood (2008, p.18) “as realizações de Kant,

deveram-se ainda ao fato de que ele representou muito bem o espírito crítico do Esclarecimento do século XVIII”. Para Wood: “Trata-se de um espírito de radical questionamento e auto-reflexão, que exige de toda a atividade humana que possa justificar-se ante o tribunal da razão” (2008, p. 18). Esse espírito deveria ser aplicado às ciências, à crítica estética, à moralidade, e acima de tudo à religião.

Em outro escrito de Kant, publicado em 1786, intitulado *O que significa orientar-se no pensamento?*, Kant apresenta uma reflexão que vem de encontro à pensada anteriormente, quando retoma, em nota: “Pensar por si mesmo significa procurar em si próprio (isto é, na sua própria razão) a suprema pedra de toque da verdade; e a máxima de pensar sempre por si mesmo é a Ilustração (Aufklärung)” (1995, p. 39). Segundo Wood, “Kant vê o esclarecimento [Aufklärung] como ato de abandono de uma condição de imaturidade, na qual a inteligência da pessoa tem de ser guiada por um outro” (2008, p. 30). Ou seja,

muitas pessoas que são capazes de guiar o próprio entendimento, ou que poderiam ser capazes se tentassem, no entanto preferem deixar os outros guiá-las, seja porque é fácil e conveniente viver de acordo com um sistema estabelecido de valores e crenças, seja porque estão ansiosas a respeito das incertezas que trarão para si mesmas se começarem a questionar as crenças recebidas, seja porque são temerosas em tomar a responsabilidade de governar a própria vida. Ser esclarecido é, portanto, ter coragem e a resolução de ser independente no seu próprio pensar, de pensar por si mesmo (WOOD, 2008, p. 30-31).

Portanto, pensar por si mesmo nada mais é do que ser autônomo. Contudo, tomar para si a responsabilidade de governar a própria vida não é tarefa fácil. Assim, para Kant (1995, p. 64), “é difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza”. Ter a coragem de ser independente é abrir mão da facilidade das decisões muitas vezes estendida por outrem passando a tarefa para si mesmo de se auto-determinar. Acima de tudo, como afirma Wood, “Kant recusa-se a identificar esclarecimento com o mero aprendizado ou aquisição de conhecimento” (2008, p. 30).

Percebe-se que esses dois grandes textos, carregam algo mais do que uma definição do que vem a ser o Iluminismo. Na verdade, o leitor observa Kant compartilhando do propósito iluminista, confiando plenamente na razão e na esperança de que a humanidade deseje ser guiada pela razão, rumando, assim, para a ideia de progresso. Assim, uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em

que se torna impossível para esta ampliar seus conhecimentos purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento [Aufklärung] (KANT, 1995, p. 68).

Segundo observa Gilles, o objetivo de Kant era reconciliar e resolver as aparentes e insuperáveis divergências entre as doutrinas científicas e filosóficas do empirismo britânico e o Iluminismo Frances, cada um com seus pressupostos e suas tradições (1987, p. 185). Contudo, além de procurar fundamentar em suas obras o processo do conhecimento, a visão científica e o posicionamento do homem dentro dessa realidade, também procurou dedicar-se especificamente ao problema do processo educativo, em especial na obra *Sobre a Pedagogia*.

Pode-se dizer que Immanuel Kant, na obra *Sobre a pedagogia*, não se distancia do conceito de autonomia. Segundo Abbagnano, o termo autonomia é “introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com a lei própria, que é a da razão” (1998, p. 97). Etimologicamente, a palavra autonomia implica a capacidade de se auto-governar, sendo que, do grego, ‘autos’ significa ele mesmo, ou por si mesmo enquanto que ‘nomos’ é apresentado em dois sentidos: primeiro, como conhecimento, e, em segundo, como lei. Segundo Ferrater Mora (1994, p. 161), autonomia, no vocabulário filosófico, poderia ser empregada em dois sentidos. Primeiro, no sentido ontológico, no qual, se propõe que certas esferas da realidade são autônomas em relação a outras. No segundo, o sentido ético, afirmando-se que uma lei moral é autônoma quando tem em si mesma seu fundamento e a razão própria de sua legalidade.

Na introdução da *Crítica da razão pura*, Rohden destaca que o texto da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, que expressou a formação da consciência da autonomia, não é outro, senão esse:

Se agora lançarmos um olhar para trás sobre todos os esforços até agora empreendidos para descobrir o princípio da moralidade, não nos admiremos ao ver que todos eles tinham necessariamente que falhar. Via-se o homem ligado a leis pelo seu dever, mas não tinha a idéia de ninguém que ele estava sujeito *só à sua própria legislação*, embora essa legislação seja universal (KANT, 1999, p. 74-75).

Assim, “devido a sua consciência de finitude humana, a ética kantiana é uma ética do dever, que como tal implica uma autocoeção da razão, mas que torna também dever e liberdade inteiramente compatíveis” (ROHDEN, 2003, p. XV). Logo, na

observação de Rohden (2003,p. XV), “sem a admissão desta compatibilidade, cairemos na heteronomia ou na presunção de um espontaneísmo moral”. Portanto,

se não nos deixarmos determinar imediatamente pela lei (= ação por dever) mas nos conformarmos apenas legalmente com ela, com o motivo posto em algo diverso , isto implicará, de um lado, o abandono do espírito da lei e, de outro lado , a admissão de motivos concorrentes diversos da lei, tornando a lei heterônoma (ROHDEN, 2003, p. XXII).

Para Rohden, “na nossa condição de entes finitos, a autonomia está comprometida com o dever” (2003, p. XXII). Desse modo, “elevamo-nos ao nível da racionalidade como sujeitos de um mundo moral, se ao mesmo tempo formos seus súditos e não simplesmente seu soberano” (ROHDEN, 2003, p. XXII). Assim, conforme Rohden (2003, p. XXIII), “nós devemos escolher máximas que possam valer *ao mesmo tempo* como leis universais, o que significa que sejam capazes de autonomia ou, numa segunda versão dessa lei, não devemos tomar os outros somente como meios mas sempre *ao mesmo tempo* como fins”.

Para Rohden, “Kant pensa com isso uma ética finita, que envolve um dever, mas corresponde à condição de um ser humano capaz de autonomia e por isso digno de respeito” (2003, p. XXIII). Sendo esse, o sentido mais alto da moralidade kantiana, ou seja, de formular uma concepção moral que exige o respeito incondicional pelo ser humano enquanto capaz de autonomia (Cf. ROHDEN, 2003, p. XXIII). Por fim, “devido à própria finitude humana e, portanto, à propensão do homem de pôr constantemente em xeque a sua própria autonomia, a razão humana é ativa e reflexiva, não pode cristalizar-se em hábitos e instituições, mas precisa a todo momento partir de novo” (ROHDEN, 2003, p. XXIV).

Para Höffe (2005, p. 216), a idéia de autolegislação remete a Rousseau, que no *Contrato social* (I 8) diz que a obediência a uma lei dada por si mesmo é liberdade, mas é Kant que descobre pela primeira vez, no pensamento que Rousseau menciona mais episodicamente, o princípio fundamental de toda a ética e fornece sua fundamentação, de tal modo que, “na crítica da razão prática, ele separa primeiro todas as máximas que nascem de uma vontade não-moral, e chama seu princípio universal de determinação estranha (heteronomia) ( §§ 2-3)” (HÖFFE, 2005, p. 216). Por outro lado, “ele desenvolve, para o resto, o que permanece o conteúdo positivo, a autonomia (§§ 4-8)” (HÖFFE, 2005, p. 216). Para Schneewind (2001,p. 554), “Kant foi criado na concepção wolffiana de que o conhecimento pode tornar pelo menos alguns de nós autogovernados, e nos escritos de Rousseau e dos moralistas britânicos ele encontrou concepções mais ricas e mais

igualitárias de autogoverno”. Assim, conforme observa Gilles (1987, p. 185), Kant é

influenciado por um lado, pelo racionalismo de Descartes, Spinoza e Wolff, ao afirmar o poder da razão humana, ao mesmo tempo afirma a tradição do empirismo britânico, sobretudo de Hume, que o acordou, segundo ele mesmo, do seu sonho dogmático, ou seja, da aceitação sem provas da capacidade da razão de funcionar como o racionalismo o pretendia. Hume representa um desafio a tal pressuposto, dando direção diferente ao campo da filosofia especulativa, para Kant e para a posteridade.

Não obstante, “quanto à moral, elemento fundamental no pensamento de Kant, o Iluminismo o tocou profundamente” (GILLES, 1987, p. 185). Assim, pode-se perceber que a autonomia é um elemento vinculado ao dever e, concomitantemente, à liberdade. Trata-se de uma característica intrínseca ao homem esclarecido, sendo, condição de sua manifestação.

Além disso, conforme observa Hall, muitos movimentos importantes no pensamento e na cultura ocidentais contribuíram para moldar uma nova concepção de homem.

A Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o Humanismo renascentista, que colocou o Homem no centro do universo; as revoluções científicas, que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da natureza; o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada (HALL, 2006, p. 26).

Desse modo, “o nascimento do ‘indivíduo soberano’, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado” (HALL, 2006, p. 25). E, no cerne da filosofia moral de Kant está a declaração de que a moralidade se centra em uma lei que os seres humanos impõem a si próprios, necessariamente, proporcionando, ao fazê-lo, um motivo para obedecer. Assim, os agentes que são desse modo, moralmente autogovernados, Kant chama de autônomos (Cf. Schneewind, 2001, p. 527). Sendo que, na observação Schneewind (2001, p. 527), “tal concepção da moralidade como autonomia é algo novo na história do pensamento” (, p. 527).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O século XVIII teve, entre outras características, a de ser um período de mudanças. Pode-se dizer que neste período a civilização encontrava-se frente a uma nova época, caracterizada pelo otimismo, pela fé no progresso universal e pela confiança na razão. Tal consciência motivou aceleradas mudanças intelectuais, econômicas, sociais, políticas e, porque não, educacionais que deram novas perspectivas que perduram até os dias de hoje. Trata-se de fatores que se desenvolveram e que são manifestações do chamado Século das Luzes, ou seja, do Iluminismo. Dentre os conceitos-chave do iluminismo podemos destacar a liberdade e a autonomia,

O movimento conhecido como Iluminismo, teve seu desenvolvimento no Século XVIII, encontra um de seus apogeus em Kant, que resolve e supera a maioria das dificuldades filosóficas do mesmo. Kant, por sua vez está inserido no contexto iluminista, fazendo a revisão dos fundamentos do saber e do agir iluminista através da suas três críticas. Não obstante, caracterizou o referido movimento como a saída do homem de seu estado de menoridade.

Kant define a autonomia em oposição a heteronomia, ou seja, quando agimos pensando ou motivados por fatores ou conseqüências externas e imediatas de nossos atos e seguimos certas determinações por mera inclinação ou interesse estamos sendo, para Kant, heterônomos. Por outro lado, quando decidimos seguir certas regras ou normas por vontade própria independente de fatores externos e imediatos estamos sendo autônomos. Autonomia, por sua vez exige uma reflexão crítica, e uma determinação que parta diretamente do próprio indivíduo. Com isso, pode-se entender a autonomia como a capacidade de cada um de guiar-se por sua própria razão de forma crítica e reflexiva, independente de ter seu entendimento motivado por uma coerção externa. Assim, autonomia pode ser considerada como o pensar por si mesmo, pois para Kant, isso “significa procurar em si próprio (isto é, na sua própria razão) a suprema pedra de toque da verdade; e a máxima de pensar sempre por si mesmo é a Ilustração (Aufklärung)” (KANT, 2005, p. 61). Além do que, como já foi visto enfatiza ele, em *Sobre a pedagogia*, que é essencial que se aprenda a pensar.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.
- BELAVEL, Yvon. *História de la filosofia: racionalismo, empirismo e ilustracion*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1985. v. 6.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.
- COLOMER, Eusebi. *El pensamiento alemán de Kant a Heidegger*. Barcelona: Editorial Herder, 1993. Tomo I.
- DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Sobre la ilustracion*. Madrid: Tecnos, 2006.
- GAYGILL, Howard. *Dicionário de Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAZARD, Paul. *O pensamento Europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, sd. v. 2.
- HIRSCHBERGER, Johannes. *História da filosofia contemporânea*. São Paulo: Herder, 1968.
- HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HUBERT, René. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAYER, Frederick. *História do pensamento educacional*. Porto Alegre: Zahar Editores, 1976.

MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. *O século XVIII*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 1.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Barcelona: Editorial Arel S.A., 1994.

NISKIER, Arnaldo. *Filosofia da educação: uma visão crítica*. São Paulo: Loyola, 2001.

PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. São Paulo: Paulus, 1990.

RAUNET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia moderna: da revolução científica a Hegel*. São Paulo: Loyola, 1981.

SCHNEEWIND, J. B. *A invenção da autonomia: uma história da filosofia moral moderna*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

TERMAS, Richard. *A epopéia do pensamento ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.

WOOD, Allen W. *Kant*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

---

<sup>1</sup> Possui Graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (1999). É Mestre em Educação (UCS - 2010). Tem experiência como professor da disciplina de Filosofia na Escola Estadual de Ensino Médio Evaristo de Antoni (2006/2008). Pesquisa sobre as relações entre Educação e Autonomia. Contato: [abzeni@ucs.br](mailto:abzeni@ucs.br)